



SEGURANÇA

Apesar de ter afirmado, dias atrás, que não lançaria mão do dispositivo, Lula recorre às Forças Armadas para tentar asfíxiar a logística das quadrilhas, que são abastecidas de armamentos e drogas por meio dos principais canais de importação

GLO será limitada a portos e aeroportos

» HENRIQUE LESSA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) restrito ao emprego das Forças Armadas a portos e aeroportos, do Rio de Janeiro e de São Paulo, no sentido de tentar golpear a logística das grandes quadrilhas de contrabando de armas e de drogas. Também haverá a intensificação de operações já em curso no Paraná, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, com a participação dos militares. A medida valerá até maio de 2024, mas foi vista como um recuo de Lula, que, na semana passada, em um café da manhã com jornalistas, garantiu que “enquanto eu for presidente, não tem GLO”.

“O dado concreto é que essa situação chegou a um ponto muito grave. A violência que nós temos assistido tem se agravado a cada dia que passa e resolvemos tomar a decisão de fazer o governo federal atuar ativamente, ajudando os governos dos estados e o Brasil a se livrar do crime organizado, das quadrilhas, do tráfico de drogas e do tráfico de armas. Espero que dê certo e, se for necessário reforçar mais portos e aeroportos, vamos reforçar”, garantiu Lula.

Segundo o presidente, também “haverá, nos próximos meses, reforços de efetivos e equipamentos com mobilizações extras nas polícias Rodoviária Federal (PRF) e Federal (PF), e na Força Nacional em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Paraná”.

Para o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, como a medida é restrita a portos e aeroportos, a GLO não contraria

Valter Campanato/Agência Brasil



Lula assina decreto para GLO em portos e aeroportos paulistas e cariocas. Militares podem ser usados em outras áreas caso a investigação as aponte

o que o presidente da República disse sobre lançar mão desse instrumento institucional.

“Não é um recuo em relação ao que o presidente falou na sexta-feira porque a GLO a que ele aludiu é a tradicional, aquela que sempre foi feita. Aí sim, implica a atuação das Forças Armadas nas ruas, nos bairros, nas comunidades. O que o presidente disse, com razão, é que, no governo dele, não terá GLO com as Forças Armadas subindo o morro, indo à comunidade, indo em bairro. Ou seja, o que

o presidente disse está sendo feito. Só que, nesse caso, estamos fazendo uma GLO dentro daquilo que já é de nossa responsabilidade, para permitir legalmente que as Forças Armadas possam atuar junto com as polícias federais. Então, a palavra do presidente está intocada”, justificou Dino ao questionamento feito pelo **Correio**.

O ato de assinatura da medida, no Palácio do Planalto, reuniu os comandantes das três Forças, os ministros José Múcio (Defesa), Flávio Dino (Justiça e Segurança

Pública), Sílvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Paulo Pimenta (Secom), Rui Costa (Casa Civil), além do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues.

Segundo aquilo que Dino havia enfatizado, o alcance restrito da GLO foi um dos pontos ressaltados pelos ministros. Nos portos e aeroportos fluminenses e paulistas, a ideia é a “asfixia logística” do crime organizado. Dentro das áreas especificadas no decreto, as Forças Armadas terão poder de polícia e poderão

fazer revistas, buscas, autuações e prisões de suspeitos. A coordenação das operações caberá aos militares e, segundo Dino, Exército, Marinha e Aeronáutica não invadirão as competências dos órgãos de segurança estaduais.

“Acredito muito nos resultados. Minhas redes sociais, hoje (ontem), se transformaram quase num boletim diário das operações de segurança pública, porque é falsa a afirmação que não existe uma política nacional de segurança pública”, disse.

3,7 mil homens

O efetivo das Forças Armadas na GLO em portos e aeroportos, e na faixa de fronteira terrestre, contará, inicialmente, com 3,7 mil homens. A Marinha empregará 1,1 mil pessoas; o Exército, 2 mil; e a Aeronáutica, mais 600, conforme anunciaram os comandantes militares.

A operação do Exército se dará apenas na faixa de 150km a partir da fronteira, que não faz parte do escopo do decreto de GLO — isso porque já existe previsão legal de as Forças Armadas atuarem nessas áreas. A Aeronáutica reforçará a fiscalização nos aeroportos internacionais de São Paulo (Guarulhos) e do Rio de Janeiro (Tom Jobim-Galeão), assim como no patrulhamento aéreo na fronteira — em especial, com o Paraguai e com a Bolívia.

Já a Marinha atuará apenas nas regiões abrangidas pelo decreto: nas baías de Guanabara e de Sepetiba, no estado do Rio, e nos acessos marítimos aos portos de Santos (SP), do Rio de Janeiro e de Itaguaí (RJ). Também atuará no Lago de Itaipu (PR), na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, em conjunto com a Polícia Federal (PF).

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, ressaltou que haverá um investimento grande em tecnologia para essa GLO. “Foi decidido pelo presidente que façamos todos os esforços necessários para modernizar os meios, seja da Polícia Federal, seja das Forças Armadas, com o que há de melhor em tecnologia. Mais importante que a quantidade de homens, estamos integrando inteligência e equipamentos, que, muitas vezes, suprem a quantidade de homens”, explicou Costa.

De acordo com o ministro da Casa Civil, sempre que a inteligência das forças de segurança identificar mudanças nas rotas de tráfico das organizações criminosas, ainda que antes do vencimento do decreto da GLO, o governo pode editar novas medidas e incluir outras áreas de atuação dos militares.

O governo promete que a atuação das Forças Armadas se dará em articulação com a PF, por meio da criação de um comitê de acompanhamento integrado, sob coordenação dos ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Defesa. Também está sendo elaborado um plano de modernização tecnológica da PF, da Polícia Penal Federal, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para melhorar a atuação dos órgãos nos portos, aeroportos e fronteiras. Esse estudo deve ser apresentado em 90 dias.

A PF também deve ampliar as ações de inteligência e as operações de prisão e apreensão de bens pertencentes a quadrilhas e milícias, especialmente no Rio, com reforço de efetivo e equipamentos. Será implantado do Comitê Integrado de Investigação Financeira e Recuperação de Ativos (Cifra), cujo alvo será o poder financeiro das quadrilhas. (HL)

Nova operação da PF prende 03 de milícia

» RENATO SOUZA

A Polícia Federal (PF) prendeu, ontem, Laerte Silva de Lima, considerado o terceiro na linha de comando da milícia que atua em Rio das Pedras, na Zona Oeste carioca. Outras quatro pessoas foram detidas na operação que foi um prosseguimento daquela que, na terça-feira, chegou ao ex-sargento da Polícia Militar fluminense Dalmir Pereira Barbosa — considerado o chefe do bando — e seu filho dele, Taillon Alcântara Pereira Barbosa, que seria o segundo na hierarquia do grupo criminoso.

Taillon seria o miliciano confundido com o médico Perseu Ribeiro, assassinado com outros dois em um quiosque na Barra da Tijuca, em 5 de outubro. Foram mortos com 19 tiros — entre os quais estava o irmão da deputada federal Sâmia Bomfim (PSol-SP) — e um deles sobreviveu. O grupo tinha saído de São Paulo para um congresso de ortopedia, no Rio de Janeiro.

O superintendente regional da PF, Leandro Almada, afirmou que mesmo após solto, Taillon continuou na atividade criminosa. “A região territorial deles é o Rio das Pedras. É uma investigação nova. Taillon permaneceu

naquela organização criminosa. Ele foi solto por progressão do regime, continuou exercendo a atividade criminosa e, por conta disso, a investigação da PF teve prosseguimento”, explicou.

A PF, porém, acredita ter dado um golpe capaz de desarticular o grupo que atua em Rio das Pedras. Além dos agentes federais, o Ministério Público participou da ação por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). A Operação Embryo foi deflagrada para cumprir 13 mandados de prisão preventiva e 15 de busca e apreensão.

Nas diligências, foram apreendidos nove veículos de luxo (três deles blindados), três embarcações em Angra dos Reis (RJ), um imóvel de luxo avaliado em R\$ 2 milhões, além de R\$ 31 mil em espécie. Ao todo, 80 policiais saíram às ruas para cumprir os mandados expedidos pela 1ª Vara Criminal Especializada do TJRJ.

O promotor Fábio Correa destacou que as investigações apontam para o elevado poder financeiro dos investigados. “Isso (as apreensões) mostra o grande poder financeiro da liderança, fruto dos ilegalismos que praticam: monopólio de água, gás. Inclusive, substituindo as concessionárias de água e gás, com base no

Polícia Civil/RJ/Divulgação



Mais duas metralhadoras furtadas do Arsenal do Exército foram recuperadas no Rio. Um fuzil foi apreendido

poder intimidatório. Essa investigação é uma resposta a indivíduos que, mesmo em prisão domiciliar, exercem um papel importante nessa milícia”, observou.

Metralhadoras

Quase simultaneamente, uma operação conjunta de policiais civis do Rio e de militares do Exército levou ao encontro de mais duas metralhadoras calibre .50 furtadas do Arsenal de Guerra de

São Paulo, em Barueri. Um fuzil FAL calibre 7,62 mm também foi apreendido na ação e sua origem está sendo investigada. As armas estavam em um carro estacionado na Avenida Lúcio Costa, na Praia da Reserva, também na Zona Oeste carioca.

O veículo pertenceria a Jesse Marques Fidelix, apontado pelos investigadores como sendo o intermediário entre os responsáveis pelo desvio das metralhadoras e a venda das armas para

traficantes de drogas do Comando Vermelho. Com o encontro de mais duas metralhadoras, já são 19 as armas recuperadas — 11 Browning calibre .50 e 8 MAG de calibre 7,62 mm. Faltam apenas duas metralhadoras calibre .50 a serem encontradas.

A suspeita dos militares é de que todas essas armas tenham sido negociadas com integrantes do CV e do Primeiro Comando da Capital (PCC). (Com Agência Estado)